

2

Estudos sobre o indivíduo surdo

2.1

A trajetória do imaginário das sociedades industriais, seus objetos e valores, e a exclusão dos surdos

Se observarmos a história dos surdos veremos que ela sugere cautela e cuidado para não repetirmos os mesmos erros do passado, pois estas pessoas vem sendo sistematicamente consideradas como anormais e, por isto, sofrendo com todo tipo de métodos médico-pedagógicos em sua educação, que segue princípios da ordem de valores sociais ratificada na noção de normalidade a que se refere Foucault (In.: Thoma, 2006: p.15) e, com ela, toda uma tecnologia disciplinar que opera primeiramente sobre o corpo do indivíduo com o objetivo de normalizar o sujeito o máximo possível, para que tenha um corpo mapeado e dócil, que possa ser submetido e utilizado, além de poder ser transformado e aperfeiçoado. No caso dos então classificados como anormais, entre eles os surdos, essa noção de transformação e aperfeiçoamento se encaixa ainda mais perfeita e furiosamente para a sua normalização, necessária à integração do sujeito no processo social.

Entendo o processo social aqui referido, como o desenvolvimento geral das sociedades industriais contemporâneas no âmbito político, econômico, intelectual e técnico, ou seja, o seu desenvolvimento histórico. Dentre as suas inúmeras vertentes, uma delas tem a ver com o Design, o que pode ser constatado quando observamos alguns fatos da vida cotidiana das sociedades industriais à luz da história.

Atualmente vivemos todos – surdos ou ouvintes – numa sociedade consumista inundada de objetos industriais, em qualidade e quantidades impensáveis em outras eras. Seria uma inundação hiperbólica e paradoxal de

objetos, já que para a execução de nossas tarefas não há necessidade de acumularmos tantas coisas iguais ou semelhantes, pois usamos apenas uma de cada vez. Cada um de nós deve ter dezenas de facas de cozinha em casa, por exemplo. É necessário? Qual é a lógica de se ter à disposição para o uso e consumo, de tantos tipos diferentes de canivetes, camisas, sapatos, automóveis, copos, pratos, banheiros, cremes hidratantes, pentes, canetas, rádios e cadeiras? Quais são os critérios para isto? Se todas as mesas são feitas igualmente para apoio de objetos durante uma refeição, então, por que e para que as mesas são tão diferentes entre si e por que e para que temos sempre mais de uma mesa em nossas casas?

Considero que provavelmente, o Design tem a sua parcela de responsabilidade bastante relevante nessa maneira como consumimos hoje e, para isto, me baseio na afirmação de Forty (2007: p. 58) de que o desenvolvimento de formas apropriadas tanto aos métodos de fabricação como à satisfação dos gostos do mercado foi obra do Design. Por outro lado, paradoxalmente a essa necessidade de acumulação de objetos, hoje existe em nosso imaginário a crença de que somos auto-suficientes, como se fôssemos "pessoas-ilhas" cercadas de aparatos artificiais mecano-eleto-eletrônicos que organizam e harmonizam o nosso cotidiano e onde o poder pessoal está muito associado à posse desses objetos, sejam de arte ou para puro consumo imediato, inclusive em áreas mais relacionadas à subjetividade, como a educação, a comunicação e a informação, pois não só a arte, mas também o saber nestas áreas foram transformados em bens de consumo. Portanto, quanto maior a acumulação de objetos e outros bens, incluindo-se aí o conhecimento e a educação formal, mais prestígio a pessoa conquista, e assim os homens ou mulheres-ilhas das sociedades industriais ocidentais vivem agrupados em classes sociais, organizadas e delimitadas de acordo com o poder de cada indivíduo, personificado e caracterizado pela posse de objetos e/ou títulos.

Thoma (2006: p.15) citando Foucault, afirma que desde o século XIII, com a invenção da estatística, a classificação dos sujeitos passou a ser uma necessidade social. Daí originou-se um processo político, técnico e educacional que foi chamado por Foucault (2002: p.62) de normalização dos indivíduos. Esse processo foi acentuado a partir do século XVIII, e serviu de base e sustentação para que a burguesia ratificasse e legitimasse a nova estratificação da sociedade,

criando padrões de comportamento -e de posses- que pudessem adequar as pessoas para serem encaixadas nos diversos níveis da estratificação social. Daí a criação do conceito de sujeito normal, inventado nesse longo processo secular e que, a partir da Idade Moderna, foi ratificado como o indivíduo que se adequa às estratificações sociais. Por outro lado, o anormal, entre eles o surdo, é definido nesse contexto geral como aquele que não está no centro de uma referência padrão.

Acredito que a sociedade de classes atual e o posicionamento dos surdos nela como sujeitos anormais ou deficientes tem raízes na Idade Moderna, quando a burguesia, conseguindo ascensão a posições socialmente mais elevadas, inventou novos valores e reorganizou toda a ordem social. Entre outras coisas, algumas dessas modificações tiveram conseqüências a longo prazo, como por exemplo a criação da noção atual de arte e de artista, que veio para suprir a lacuna deixada pela antiga hierarquia divina, onde burgueses e plebeus, anteriormente não tinham um lugar reservado. Neste novo ideário, a arte e os artistas com as suas obras possibilitaram à burguesia a legitimação da sua ascensão social por meio da posse destes objetos, ou seja, a acumulação de obras e peças de arte passou a ratificar o prestígio e a respeitabilidade do possuidor, contribuindo para o elevar ao patamar social anteriormente ocupado somente pela nobreza e clero.

Com a industrialização e a produção em série de praticamente tudo o que não é objeto de arte, esse conceito de prestígio e respeitabilidade precisou se reinventar, e o fez tomando como base a importância da assinatura do gênio criativo que fez o objeto. A partir de então, juntaram-se às obras de arte os objetos assinados, que garantem ao seu possuidor prestígio e respeitabilidade, ratificando a antiga idéia de posse e de exclusividade associada à nobreza, no imaginário social.

Portanto, a ascensão da burguesia iniciou uma mudança de visão e paradigma que nos influencia o pensamento até os nossos dias. Objetos religiosos ou com a função religiosa começaram a ser vistos na Idade Moderna como objetos estéticos, de arte, entendidos como algo sem função utilitária, alguma coisa que não serve para nada, tal como os objetos da cultura material. Um escultor, ao desenhar antecipadamente uma fonte, estava projetando a fonte, era um projetista, um desenhista, um designer, mas ainda não era visto como tal. Assim como um profissional que faz miniaturas, ou seja, um miniaturista, que hoje seria chamado

um designer gráfico e que em outros tempos o denominaríamos de artista gráfico. A mesma função vai mudando de denominação ao longo da trajetória histórica conjuntural.

No contexto da Idade Moderna, o artista era a pessoa dotada da originalidade, era quem tinha o dom ou talento, aquilo que se tem ou não se tem. Esta era uma atribuição dada pela divindade, ou seja, um conceito pré-moderno, irracional, dogmático, em plena época da racionalidade do Iluminismo. Esta crença perdura até os nossos dias, na contemporaneidade, dentro da cultura pós-moderna, haja vista a vigente noção de preciosidade do objeto com assinatura. O gênio criador é mais importante e mais valorizado do que a sua obra. Por exemplo, Leonardo da Vinci é um homem muito mais importante do que a Mona Lisa, a sua obra prima para alguns, e que parece que só existe para mostrar o talento do gênio, a sua criatividade. Esta é uma noção que vem da antiguidade clássica, com o conceito de nobreza, e que está associada ao culto da predestinação, que diz que as pessoas têm que ter alguma coisa pra fazer e normalmente o fazem porque este é o seu talento, o seu perfil, a sua predestinação. Assim, estaria justificado o fato de que uns criam para outros contemplarem, assim como uns trabalham enquanto outros desfrutam do ócio e lazer, uns educam e outros são educados. É um olhar cartesiano e binário que classifica, ordena e estratifica as pessoas socialmente. No caso dos surdos, esse imaginário ratifica a sua condição de predestinados à inferioridade, por conta de sua diferença corporal e sensória que os fazem ser encarados e classificados como alguns dos tantos anormais entre os humanos.

Toda essa concepção está claramente calcada em princípios elitistas e ao mesmo tempo excludentes, ao invés de procurar conceitos inclusivos, pois o imaginário da sociedade em relação aos seus pertences vem sendo há séculos elaborado tendo como base a noção de especificidade e exclusividade, e nunca de coletividade.

Para Forty (2007: p.111), foi somente no séc. XIX, quando as classes se definiram como padrões e criados, ou em organizações em que havia hierarquia de empregados, que as diferenças em Design se tornaram suficientemente consistentes para dar uma idéia clara das distinções que se pensava existirem. Fossem as pessoas ferroviários, caixas de banco ou vendedores, o desenho das

roupas que vestiam e dos artigos que usavam ajudava a definir seu status e a natureza de suas relações uns com os outros e com seus empregadores.

O capitalismo teve uma grande ajuda do Design para o desenvolvimento de indústrias que produziam bens de consumo, que provocava um aumento significativo de vendas e lucros dos industriais, criando um círculo em espiral ascendente de produção e consumo que ajudou a melhorar a vida das pessoas em muitos aspectos mas que ao longo do século XX desencadeou a situação atual problemática em relação à continuidade e viabilidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana ou seja, problemas de sustentabilidade de uma vida organizada sobre padrões totalmente incoerentes com parâmetros humana e ecologicamente viáveis. Como exemplo disto temos o recente investimento de enormes quantidades de dinheiro por parte de governos do mundo ocidental em fábricas particulares de automóveis que não podem falir porque empregam milhões de trabalhadores. Os governos se veem então na situação contraditória de, por um lado, ter que investir num discurso ecológico que pressupõe entre outras coisas o transporte público em detrimento ao automóvel, que é praticamente usado de forma individual e, por outro lado, a impossibilidade de permitir o fechamento de fábricas pouco ecológicas que produzem automóveis que conceitualmente são anacrônicos, mas que na prática possibilitam que milhões de trabalhadores tenham naquele parque industrial o seu sustento imediato garantido.

Segundo Forty (2007: p.124), se o Design prestou tantos serviços ao capitalismo, o capitalismo não foi menos benéfico para o Design. Não somente ele deu origem ao Design como uma atividade necessária dentro da divisão do trabalho na manufatura, como seu apetite por novidade e variedade garantiu a prosperidade dos designers. No início do século XX houve uma quase obsessão, especialmente nos meios culturais e artísticos, com relação à procura de estilos de vida que pudessem demonstrar as benesses da modernidade. Era uma época de contradições, onde por um lado se vivia a Belle Époque com a sua cultura de elite, das boas maneiras e glamour da vivência burguesa do luxo e, por outro lado, a imensa desigualdade social que caracterizava quase todos os países do globo. Assim, aproveitando as possibilidades de consumo da burguesia e a ânsia por melhoria de vida dos menos abastados, foi descoberto, segundo Forty (2007: p.274), pelos fabricantes do século XX, que uma das formas mais eficazes de

estimular o desejo por mercadorias era sugerir que elas eram a chave para um modo de vida limpo, harmonioso e confortável. Essa estratégia era a mesma utilizada pelos inúmeros catequistas e evangelizadores de várias religiões e não seria surpresa para um pregador evangélico do século XIX. Porém, para Forty (2007: p.274), o que teria sido uma surpresa foi o modo totalmente novo mediante o qual os designers conseguiram fazer com que objetos inanimados transmitissem essa mensagem sem o auxílio de palavras ou imagens.

É no mínimo curioso prestar atenção aos anúncios e propaganda em geral do início do século XX para perceber a associação do consumo de objetos com uma vida melhor e que na verdade continua até os nossos dias, chegando a nos fazer acreditar que a vida não é possível sem o celular, sem o computador ou sem a TV de última geração. O sucesso do Design no uso do imaginário tecnológico para transmitir a visão de um futuro livre de desconforto e ansiedades foi um dos fenômenos mais peculiares da sociedade do século XX que, paradoxalmente, nos legou a ansiedade do consumo.

Essa troca de interesses entre o sistema capitalista e o Design avançou pelo século XX até os dias atuais no século XXI com a consolidação da idéia de que os objetos industriais são artefatos ligados ao bem estar e à harmonização do dia-a-dia das pessoas, por meio da veiculação da idéia de que tais objetos estão sempre à frente do seu tempo, ou seja, o uso e o consumo de cada vez mais objetos industriais são veiculados com a idéia de esperança de dias melhores no futuro. A emoção de estar vinculado a algo do porvir gera, nas pessoas, sentimentos ligados à esperança de dias melhores e à tão almejada felicidade. Esse conjunto de estratégias foi se solidificando no imaginário das sociedades industriais do século XX e permanece até os nossos dias seguindo, como já visto, as mesmas táticas das religiões, de se transformar dogmas ligados à subjetividade do futuro em crença indubitável do presente. Principalmente para as classes trabalhadoras, a esperança de tempos melhores no futuro foi, é e será sempre bastante alentadora e, além do mais, é extremamente útil e eficiente na garantia da manutenção da ordem social vigente.

Toda essa trajetória de desenvolvimento da visão de mundo das sociedades ocidentais industrializadas, resumidamente aqui apresentada, e a conseqüente alocação das pessoas nas estratificações sociais inventadas não contempla os surdos, a não ser na posição de anormais e/ou deficientes. Em praticamente toda

literatura sobre qualquer assunto, inclusive Design, não há referências aos surdos, a menos que sejam compêndios de medicina ou educação calcados na anormalidade definida por Foucault (2002: p.413), ou seja, sempre do ponto de vista da busca de práticas normalizantes, para que possam se tornar sujeitos normais, considerados principalmente do ponto de vista de suas práticas consumistas -embora esse ponto de vista nunca seja abordado de maneira explícita- que possam inseri-lo na desejada normalidade. Na educação, é o que Thoma (2005: p.23) faz referência como uma estreita relação entre a Educação Especial e a pedagogia terapêutica do binômio medicina/psicologia, que passa a servir de modelo biomédico para a descrição e classificação do déficit dos que são considerados anormais, ou seja, as pessoas chamadas de deficientes. É fato que a lógica consumista normalizante simpatiza com essas teorias e práticas que visam às ações reabilitadoras, para trazer o sujeito anormal à normalidade e conseqüentemente ao seu aspecto de humanidade e seus valores.

Desde sempre a humanidade, como qualquer outra categoria animal, renega ou subjuga os mais fracos e exclui os diferentes, considerados anormais. Uma vez que nós somos animais racionais, parece que essa situação se complica, pois temos uma ética e valores de uma cultura universal que contradizem a realidade objetiva social. Existem conceitos e práticas ora religiosas, ora morais ou éticas, que tentam acolher os anormais, enquanto todo o sistema social trata de ratificar a anormalidade por meio da exclusão dos indivíduos. É uma realidade que diz respeito ao controle social dos indivíduos e que é resultante do processo histórico referido por Foucault (2002: p.55) ao afirmar que em relação a isto o Ocidente só teve dois grandes modelos: um é o da exclusão do leproso; o outro é o modelo da inclusão do pestífero. A exclusão do leproso na Idade Média era a rejeição total desses indivíduos e a sua alocação fora dos muros da cidade, para além dos limites da comunidade; e a inclusão do pestífero é referente ao controle e policiamento minucioso das cidades européias empestadas no fim do séc. XVII, com o registro e análise dos indivíduos e o seu confinamento obrigatório em suas camas, casas, ruas, bairros ou cidades, dependendo do raio de abrangência da infecção de uma comunidade.

Ora, assim como aos nossos olhos, moldados pela contemporaneidade, a exclusão do leproso e a inclusão do pestífero parecem ser absolutamente desumanas por serem no mínimo antiéticas, a exclusão dos surdos e todos os

demais ditos anormais também deveria ser banida pelos mesmos motivos. E a sua inclusão? Sobre isto voltarei a falar mais adiante mais detalhadamente, inclusive explicando os meus motivos para a utilização, nesta pesquisa, do termo "integração" em detrimento da palavra "inclusão" quando faço referência às ações, políticas ou resultados em educação de surdos, relacionadas à garantia de acesso a direitos como fator de justiça social para o desenvolvimento dessa população e da sociedade em geral.

Felizmente, existem de fato mudanças sociais no desenvolvimento dos povos, e atualmente, no Brasil, vemos algumas iniciativas apontando para um processo de integração, não normalizante, como o curso Letras-LIBRAS da UFSC por exemplo, como será visto adiante, que tem pela frente sérios desafios a vencer, como algumas resistências colonialistas normalizantes existentes mesmo entre os surdos

2.2

A surdez e a deficiência auditiva

A questão do outro, a alteridade, não tem sido uma experiência fácil para nós, seres humanos. Parece que um dos mais difíceis desafios é conseguirmos entender o outro e os seus motivos, na sua perspectiva. Pois bem, sendo a audição um dos mais importantes sentidos do ser humano, a sua ausência no outro causa, nas pessoas que ouvem, um profundo estranhamento, pois dificulta -e em alguns casos impede- a concretização do pressuposto básico de que todo indivíduo interage em sociedade e interdepende dos outros indivíduos. Há quase uma década, Skliar (1998: p.11) afirmou que a surdez constitui uma diferença a ser politicamente reconhecida; a surdez é uma experiência visual; a surdez é uma identidade múltipla ou multifacetada e, finalmente, a surdez está localizada dentro do discurso sobre a deficiência. Essa condição ainda vale para os nossos dias.

Entendo que assim como cada pessoa que ouve tem a sua própria experiência em relação aos sons, as pessoas que vivem no silêncio têm, cada uma, a sua experiência própria com a surdez ou a deficiência auditiva. Nessa pesquisa trato a surdez como uma minoria lingüística composta de indivíduos que se

identificam e se subjetivam como vivenciando uma experiência visual de vida. Quero dizer com isto, que estes indivíduos compartilham um conjunto de características dos que nascem surdos ou que adquirem a surdez antes da aquisição da linguagem oral e que se constituem como elementos que compõem a cultura surda, independentemente do grau técnico de surdez que eventuais exames médicos audiométricos possam caracterizá-los. A seguir será visto mais detalhadamente que a cultura, nessa pesquisa, é compreendida no referencial foucaultiano que THOMA (2005: p.37) redefine: um conjunto de processos por meio dos quais grupos são definidos e construídos. Ou seja, ainda segundo Thoma (2005: p.76), aqui se conhece e se compreende a cultura surda como uma questão de diferença, um espaço que exige posições que dão uma visão do entre lugar, da diferença, da alteridade, da identidade, tendo como seus componentes os indivíduos surdos.

Por outro lado, a denominação deficiência auditiva, se usada, será para definir problemas patológicos que causam a perda de audição em indivíduos que não só ouviram algum dia, como chegaram a adquirir uma língua oral e também, talvez mais importante, que se identificam com os valores e práticas que compõem a cultura majoritária das práticas da fala e da audição. Os indivíduos que se constituem nesta cultura, tendo perdido a capacidade auditiva ou não, denomino nesta pesquisa como ouvintes, ou seja, considero que só os ouvintes podem ser deficientes auditivos, pois estão em uma condição de perda, estão em um espaço deslocado dos valores da cultura da audição por não ouvirem mais, já tendo ouvido algum dia, e que mesmo sem ouvirem, não se identificam com os valores da cultura surda, que será vista adiante.

As pessoas que nascem ouvindo e se constituem sócio-culturalmente como ouvintes crescem numa sociedade ajustada para elas, neste aspecto. Toda sorte de informações lhe é chegada pelos meios de comunicação inventados para atender às suas necessidades. O surdo, em contrapartida, nada tem a seu favor e tem que se adaptar procurando formas alternativas de uso de aparelhos projetados para os ouvintes, inclusive os deficientes auditivos. O mundo hoje vive uma era de informação facilitada por meios de comunicação altamente desenvolvidos tecnologicamente, mas que praticamente ignora a surdez e as suas implicações. Já existem, por exemplo, os telefones celulares com tecnologia digital de transmissão de imagens e de mensagens de texto, cem por cento adaptados a todas as

necessidades de comunicação dos surdos, que poderiam conversar em língua de sinais com outros praticantes da língua de sinais e/ou em português, por meio do envio de mensagens, mas ainda são equipamentos e serviços muito caros e a implementação ainda não cobre todas as cidades do Brasil. Somente o sistema de mensagens de texto estão acessíveis na atualidade e se mostram uma ótima ferramenta de comunicação para os surdos, mas que é majoritariamente utilizada somente entre eles que, devido às dificuldades de entendimento da língua portuguesa, criam formas típicas de escrever e se comunicar. No entanto, quando precisam marcar uma consulta com um médico, fazer uma solicitação de reparo ou qualquer outra tarefa profissional ou doméstica do cotidiano, precisam quase sempre da ajuda de um ouvinte, seja profissional intérprete ou não, pois a troca de mensagens escritas não é prática nem funcional.

Os antigos aparelhos denominados TDD, projetados para os surdos e que eram constituídos por um teclado de padrão internacional e um visor para os dígitos emitidos e recebidos, só se comunicavam entre si e caíram em desuso. A Internet, que hoje é um dos mais importantes meios de comunicação para lazer, trabalho ou estudo dos ouvintes, é majoritariamente composta de texto e, por isto, os surdos a usam em grande medida apenas para se comunicarem entre si, como um "telefone visual" por meio de programas de comunicação de mensagens instantâneas. Estatísticas da ANATEL⁶ revelam que em dezembro de 2008⁷ o Brasil chegou a 150.641.403 assinantes no Serviço Móvel Pessoal (SMP) e mais de quarenta e seis milhões de aparelhos de telefones convencionais. Quanto aos TDD, nem sequer foram encontrados registros sobre a quantidade existente no país. E o que dizer da forma de comunicação do cinema, do teatro, dos shows diversos de poesia e comédia? Quantas empresas no Brasil estão realmente capacitadas a empregar, em seus quadros funcionais, pessoas surdas, considerando a necessidade de comunicação real e efetiva destas pessoas com as demais no ambiente de trabalho?

Considero que as implicações da surdez vão além da característica de se saber o que é o som ou o silêncio e a questão primordial para que o surdo seja integrado na sociedade, vista como um todo, independentemente da complexidade de culturas que a compõem, é a construção de uma identidade política própria.

⁶ ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações

⁷ <http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalInternet.do> [capturado em 19/01/2009]

Esta identidade precisa ser constituída de forma a que diferencie este indivíduo surdo do indivíduo ouvinte apenas como um sujeito que possui uma experiência, uma língua e uma existência visual e não como uma pessoa portadora de uma deficiência ou anormalidade, como quer esta sociedade, predominantemente composta de ouvintes, pois a experiência visual de vida pode ser considerada como apenas mais um aspecto das inúmeras possibilidades da diversidade humana. Porém, toda pessoa surda ou com alguma diminuição da audição tem sido, indiscriminadamente, tratada como deficiente na sociedade e isto se deve não só ao imaginário geral referente à condição de normal ou anormal vista anteriormente, como também à falta de informação sobre a surdez. Além disto, um aspecto que contribui para a manutenção dessa condição é a falta da identidade surda solidamente constituída nestes indivíduos, de forma a que os surdos reivindiquem os seus direitos, conheçam os seus deveres e os ouvintes, em contrapartida, reconheçam os surdos como cidadãos plenos e apenas diferentes, jamais deficientes ou anormais.

Lane (1996; 30) demonstra que apenas cinco a dez por cento dos surdos têm pais surdos, o que significa que noventa ou noventa e cinco por cento dos surdos de nascença provêm de famílias ouvintes que, por ignorância ou simples necessidade de ter seu filho identificado consigo e com seus valores culturais, tratam-no como portador de um problema a ser resolvido ou, na pior das hipóteses, minorado. A justificável ansiedade dos pais gera, invariavelmente, a pergunta ao médico ou fonoaudiólogo procurado: Ele -ou ela- vai falar um dia? Os pais ouvintes muitas vezes recebem opiniões ou orientações desordenadas e opostas de como cuidar do filho surdo, ora visto como uma criança normal, ora como anormal. De uma maneira ou de outra, a surdez é vista invariavelmente pelos pais ouvintes como um problema que acreditam que possa ser solucionado pela medicina reabilitadora e essa crença fica ainda mais forte e ratificada quando às práticas normalizantes juntam-se as possibilidades tecnológicas que a evolução da eletrônica e da informática apresenta.

Os surdos compõem uma minoria lingüística que somente agora inicia o seu processo de reconhecimento político e, com isto, raros são os casos em que a característica de ter nascido surda faz com que a criança seja encaminhada a escolas e meios que cultivem aspectos e valores da cultura surda. Na maioria das situações as crianças surdas só vão perceber que não são uma cópia mal feita de

ouvintes tardiamente, quando encontram outros surdos fora do âmbito familiar e constataam que há, sim, pares para si no mundo. Segundo Lane (1996: p.37), crianças surdas relatam suas experiências ao encontrar, pela primeira vez, seus pares e descobrirem que podem ser felizes sendo surdas, a partir do momento em que se aceitam como tal e aceitam a cultura surda como sua.

2.3

Cultura e cultura surda

Como visto anteriormente, nessa pesquisa a cultura é compreendida no referencial foucaultiano que Thoma (2005: p.37) redefine como um conjunto de processos por meio dos quais grupos são definidos e construídos. No entanto, o significado da cultura no ambiente pós-moderno da contemporaneidade vem ganhando novas formas a cada dia, quase com a mesma rapidez com que nos acostumamos a ver e a sentir as coisas. É notável verificar o dinamismo que se dá no processo de organização cultural das sociedades industriais contemporâneas, especialmente no que se refere aos aspectos contraditórios provocados pelos efeitos da globalização.

Segundo Hall (2006: p. 10), o sujeito do Iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo centro consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia. Era um indivíduo com pensamento e ação local, constituído como um ser racional e que era moldado e inserido socialmente, de acordo com a sua capacidade própria de tomar decisões dentro das condições do padrão de normalidade estipulados e necessários à manutenção da ordem social.

Hall (2006: p. 9) também afirmava, há mais de uma década atrás, que havia um tipo diferente de mudança estrutural transformando as sociedades modernas no final do século XX. A partir da implementação de práticas políticas, econômicas e técnico-científicas que reduzem o planeta e a sociedade humana ao que se convencionou chamar de "aldeia global", é inevitável a pressão por uma

unificação ou, pelo menos, uma equalização de valores culturais. Atualmente pode-se verificar muito clara e facilmente uma semelhança absoluta na forma como as pessoas se vestem e se comportam em ambientes sociais no mundo ocidental. No entanto, este é apenas um dos aspectos mais visíveis da globalização na cultura.

Essa mudança estrutural a que Hall se referia tem a ver com o modo de vida dos indivíduos das sociedades industriais da pós-modernidade, inseridos numa organização social que, em sua complexidade é, ao mesmo tempo, política, técnico-científica e economicamente globalizada e, por outro lado, fragmentada em aspectos e valores culturais muito específicos de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade. Ou seja: por um lado, há uma demanda por um nivelamento, ou seja, uma tendência a uma equalização de valores culturais e, por outro, o indivíduo se vê inserido em um ambiente completamente fracionado, onde ele encontra inúmeras formas de identificação. O indivíduo contemporâneo se vê comprometido com a dificuldade que é viver sob o paradoxo do maior slogan da globalização, que é: "Pensar globalmente e agir localmente".

Mostrei anteriormente que Forty (2007: p.274) afirma que no início do século XX os industriais descobriram que uma das formas mais eficazes de estimular o desejo por mercadorias era sugerir que elas eram a chave para um modo de vida limpo, harmonioso e confortável. Pois bem, no início do século XXI, os efeitos do capitalismo e a sua globalização impõem a crença de que a vida deve ser vivida da forma mais eficiente possível. Daí, que os indivíduos vivem permanentemente sob pressão, com dia e hora marcados para tudo, até mesmo para o ócio! As sociedades industriais contemporâneas buscam a eficiência e, por isto, são velozes. A velocidade dos acontecimentos da vida atual chegou a um limite que excede ao domínio do homem que, por isto, freqüentemente perde o controle da organização social e até sobre si mesmo. Tudo muda, tudo corre; tudo ao redor do homem contemporâneo está em um processo de transformações severas e contundentes.

As sociedades, como um todo, estão em uma fase de transição desconhecida, onde o máximo que se consegue fazer é se obter variadas descrições do que se está vivendo, mas na verdade não se consegue ter uma visão imparcial, global e sistêmica de um processo a menos que se esteja fora dele; muito menos quando o processo é complexo como o que está em curso. Como

este processo ainda está em andamento, também não se sabe exatamente a dimensão das experiências vividas, as suas consequências e, o que é às vezes angustiante, saber para onde irá a sociedade, que em apenas algumas décadas poderá estar organizada de forma totalmente impensável nos dias de hoje.

Ora, percebo que há uma lacuna interessante na contradição entre a tendência à equalização das culturas e a fragmentação de valores culturais, que é a oportunidade de fortalecimento de algumas identidades até então frágeis, como a dos surdos, que traz em si os valores da cultura surda, definida por Strobel (2008: p.24), como o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as idéias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo e das comunidades surdas, estas grupos mais abrangentes, pois segundo Strobel (2008: p.31), comunidade surda de fato não é só de sujeitos surdos, há também sujeitos ouvintes –membros de família, intérpretes, professores, amigos e outros- que participam e compartilham os mesmos interesses em comum em uma determinada localização, num ambiente contemporâneo ao qual Thoma (2005: p.66) se refere como um tempo de hibridismos culturais e de desorientação, onde a afirmação das diferenças emerge a cada dia. O reflexo deste nosso tempo no campo educacional, político e teórico manifesta-se no interesse crescente por temas que tratam de entender como a diferença é produzida e representada politicamente e de identificar etnocentrismos, por meio dos discursos e representações sobre as identidades culturais, discutindo-se como tradicionalmente os discursos sobre as alteridades tem aparecido. Thoma (2005: p.78) ainda se refere a uma “virada cultural”, que se torna visível com as transformações atualmente em curso, como a pedagogia de surdos (não se trata de uma pedagogia pronta, mas de uma pedagogia histórica que assume o jeito surdo de ensinar, de propor o jeito surdo de aprender, experiência vivida por aqueles que são surdos), o atual ensino de língua de sinais, a existência do professor de língua de sinais e do professor surdo, as pesquisas de surdos, os pesquisadores surdos, o modo de vida das famílias surdas, o estilo de vida surda, o aumento de mulheres surdas que residem sozinhas. Há, ainda, as novas tecnologias, como centrais telefônicas, celular digital, porteiros luminosos que facilitam a comunicação dos surdos.

Para os ouvintes, a Internet encabeça e permeia tudo isso, com o seu conjunto de elementos com funções diversas e específicas que não pode ser medido, avaliado; que não tem comparação, em sua grandeza ou importância na contribuição para a facilitação da vida das pessoas ouvintes em quase todos os seus aspectos. Para os surdos, mesmo as funções da Internet ainda se restringindo à comunicação entre pares e a um início de utilização na educação desses indivíduos, é certo que logo contribuirá para o desenvolvimento desta população e fortalecimento de sua cultura.

A contemporaneidade está vivendo um processo de mudança ao qual Thoma (2005: p.78) se refere, que se percebe que em algumas cidades raros são os lugares que estão fora do alcance da cultura surda, inclusive o estereótipo e o preconceito estão perdendo terreno ou, pelo menos, estão sendo mais discutidos. Este é o ambiente onde está inserido o sujeito surdo, pertencente ao povo surdo, inscrito na cultura surda que é construída e mantida a partir de comportamentos transmitidos coletivamente por estas pessoas.

Adoto a definição de Strobel (2008: p. 38), que afirma que a cultura surda é composta de artefatos culturais próprios. Estes artefatos são bem distintos e talvez possam explicar, pelo menos em parte, o poder desta cultura a qual constitui o sujeito surdo em seus discursos e práticas de resistência, pois tem sido uma cultura que vem se perpetuando ao longo dos séculos mesmo tendo sido sempre minoritária e tendo sofrido toda sorte de influência da cultura hegemônica da audição. Os chamados artefatos culturais, segundo Strobel (2008: p. 38), são: a) Experiência visual; b) Linguístico; c) Familiar; d) Literatura surda; e) Vida social e esportiva; f) Artes visuais; g) Política; h) Materiais.

a) Artefato cultural: experiência visual - O primeiro artefato da cultura surda é a experiência visual de vida. Skliar (1999: p.11) chama de experiência visual de vida, uma característica que diferencia e define os surdos, já que a visão para estas pessoas é o mais importante dos sentidos; ela é o canal por meio do qual os surdos mantêm contato de forma mais completa com o mundo à sua volta e com a realidade objetiva da vida. Esse trabalho repete esse conceito inúmeras vezes, de propósito: para que os ouvintes que o lerem possam pensar nisto, possam realmente conceber que a vida humana está baseada na diferença, o que parece uma idéia a princípio simples e fácil de ser entendida.

Na prática, vemos que a incorporação desse conceito no cotidiano das pessoas ouvintes é muito difícil e se dá, na maioria das vezes, somente após longo processo de vivência com os surdos. Portanto, não me inibo em repetir que os sujeitos surdos percebem o mundo de maneira diferente dos ouvintes. Para estes, a visão talvez seja o mais sedutor dos sentidos, mas indiscutivelmente o mais importante e vital é a audição e talvez seja por isto que tem sido tão difícil a aceitação da falta da audição como uma condição humana boa ou “normal”. O fato é que, diferentemente dos ouvintes, para o sujeito surdo a visão é o principal dos sentidos. É ela que provoca as reflexões de suas subjetividades como indivíduo racional e que vai possibilitar a construção de sua identidade política própria constituída de forma a que diferencie este indivíduo surdo do indivíduo ouvinte apenas como um sujeito que possui uma experiência, uma língua e uma existência visual e não como uma pessoa portadora de uma deficiência ou anormalidade, pois a experiência visual de vida é uma diferença relevante, mas que denota apenas mais um aspecto das inúmeras possibilidades da diversidade humana.

b) Artefato cultural: lingüístico – Thoma (2005: p.144) afirma que a língua é a face mais visível de uma cultura. Seguindo nesta mesma linha, Strobel (2008: p. 44) afirma que a língua de sinais é fundamental, se apresentando como um dos mais importantes aspectos da cultura surda. Não obstante, ainda hoje é bastante comum encontrar pais, parentes e profissionais envolvidos com surdos tentando afastá-los do contato com a língua de sinais para que a aquisição da propalada oralização em português seja facilitada. Felizmente, nas últimas décadas têm se intensificado as pesquisas em línguas de sinais e lingüistas de inúmeros países vêm, cada vez mais, trabalhando na estruturação e sedimentação do conhecimento sobre estas línguas, mas este conhecimento pode-se dizer, está apenas começando, sendo ainda não raro alguns ouvintes acreditarem em um dos mitos mais recorrentes relativos às línguas e à cultura dos surdos, que é a crença de que poderia haver uma única língua de sinais, universal. Ora, sendo as línguas artefatos culturais, jamais poderá existir uma única língua para todos os povos da Terra, seja oral-auditiva ou visual-gestual. Mesmo a língua inglesa ou a American Sign Language – ASL, que são línguas atualmente predominantes no mundo dos ouvintes e dos surdos respectivamente, têm as suas variações de vocábulos,

sotaques, andamentos e, principalmente, há que se considerar que elas atuam como linguagens universais, como segunda língua para os utentes de sua língua mãe. Por isso, as línguas de sinais, sendo artefatos de culturas, são próprias de cada país ou nação à qual pertence o povo surdo utente de cada língua de sinais a que se fizer referência. Strobel (2008: p. 38) complementa o conceito de língua de sinais como artefato cultural afirmando que existem também os gestos denominados “sinais emergentes” ou “sinais caseiros” dos sujeitos surdos de zonas rurais ou sujeitos surdos isolados de comunidades surdas que procuram entender o mundo através dos experimentos visuais e se procuram comunicar apontando e criam sinais, pois não têm conhecimentos de sons e de palavras.

c) Artefato cultural: familiar – Thoma (2006: p.85) afirma que a construção da noção de "anormal" constitui um espaço em que é possível pensar a sociedade de normalização. Através dele, uma série de mecanismos e técnicas foram colocados em funcionamento para homogeneizar a população e torná-la previsível. Um destes mecanismos em que foi possível pensar a normalidade e, como efeito, suas técnicas de reabilitação e correção, foi a família. Nesta mesma linha conceitual, Strobel (2008: p. 49) afirma que o anseio de tornar seus filhos surdos “normais” perante a sociedade fala mais alto e as famílias ouvintes no meio das comunidades surdas sentem-se “estrangeiras”, porque é um mundo diferente que não compreendem e com o qual se assustam.

A demonstração de Lane (1996; 30) de que noventa a noventa e cinco por cento dos surdos têm pais ouvintes explica o contexto familiar em que vive a maioria dos surdos, sendo influenciados e aculturados pelos pais e a sua necessidade de ter seu filho identificado consigo próprio e com seus valores culturais e, por isso, tratando-os como portadores de um problema a ser resolvido ou, na pior das hipóteses, minorado. Por outro lado, os cinco ou dez por cento dos surdos que nascem em famílias surdas experimentam uma real assimilação de suas características pessoais como sujeito surdo, vivendo em um contexto familiar de completa identificação às especificidades da experiência visual de vida.

d) Artefato cultural: literatura surda – A literatura é uma das mais importantes características de uma cultura e cada cultura tem uma tradição literária diferente e própria. Em muitos casos, a literatura não foi escrita; nestes, a

literatura tradicional vem sendo transmitida entre as gerações por pais aos filhos, por parentes mais idosos aos mais jovens e pelos contadores de histórias locais, que compartilharam da história e dos mitos do povo ou da comunidade com os adultos e as crianças reunidos para vivenciar aquela fantasia. Estes “textos” são memorizados pela geração mais nova que, por sua vez, os transmitem às suas crianças.

Uma vez que as línguas de sinais ainda não estão codificadas para a escrita de forma consolidada entre os surdos, é assim que acontece com a quase totalidade da produção do artefato literatura na cultura surda. Strobel (2008: p. 56) afirma que a literatura surda se multiplica em diferentes gêneros: poesia, história de surdos, piadas, literatura infantil, clássicos, fábulas, contos, romances, lendas e outras manifestações culturais. No Brasil são bastante incipientes as iniciativas para a criação e divulgação da literatura surda, embora possamos citar nomes de peso da contemporaneidade como por exemplo: o ator surdo Nelson Pimenta no teatro, no cinema e no vídeo; a atriz surda Fernanda Machado no teatro, no vídeo e na poesia; a atriz surda Rosana Grasse; a pesquisadora acadêmica surda Gladis Perlin; a pesquisadora acadêmica Marianne Stumpf, entre muitos outros. Além disto, pelo mundo inteiro as comunidades surdas vem atualmente se reunindo para organizar festivais locais, nacionais e até mesmo internacionais de arte e cultura surda como os festivais de cinema surdo, festivais de teatro surdo etc. Estes eventos têm ganhado interesse dos membros das comunidades surdas que desejam compartilhar criações que refletem sua própria cultura e daqueles que desejam simplesmente prestar atenção a estas manifestações culturais e seus valores.

e) Artefato cultural: vida social e esportiva - Strobel (2008: p. 61) define que estes artefatos são acontecimentos culturais, tais como casamentos entre os surdos, festas, lazeres e atividades nas associações de surdos, eventos esportivos e outros. De fato, há uma enorme diferenciação entre as maneiras dos surdos se reunirem e se relacionarem socialmente. Um bom exemplo disto poderia ser a simples apresentação inicial das pessoas, que logo após dizerem o seu nome próprio dizem que são surdas, informam o seu sinal pessoal e perguntam o nome, o sinal do outro e se o outro é surdo ou ouvinte. Por outro lado, as pessoas ouvintes nunca perguntam se o outro é ouvinte ou surdo, inclusive porque isto poderia ser interpretado pelo interlocutor como uma indelicadeza, já que a surdez

é frequentemente utilizada como uma adjetivação de quem é desatento ou desinteressado.

O sinal pessoal é uma forma de identificação mais prática e rápida do que a datilologia para soletração dos nomes próprios das pessoas. Pimenta et all (2006: p. 7) afirma que os surdos brasileiros se batizam por meio de sinais. Na verdade, é um ritual que acontece quando um surdo ou ouvinte entra no grupo surdo ou passa a ter contato com surdos. Eles olham para a pessoa e identificam alguma característica que seja específica dela e lhe dão um sinal. Assim, pessoas podem ter um sinal de “sorriso” se são muito sorridentes ou um sinal de “rinoceronte” se são intempestivas, e nem uma nem outra forma de identificação traz um componente forte de juízo de valores, a não ser exatamente aquilo que exprimem. No caso dos dois exemplos citados, o sinal da primeira pessoa significa apenas que se trata de alguém sorridente e que a segunda pessoa tem comportamento imprevisto, que reage de modo súbito; sem que isto seja bom ou ruim, adequado ou inadequado, como seria de se esperar que viesse a acontecer dentro dos valores da cultura dos ouvintes.

Outra forma peculiar de organização social muito característica dos surdos é o estabelecimento de pontos de encontro mais ou menos fixos. Pimenta et all (2006: p. 42) afirma que os pontos de encontro fazem parte das estratégias que os surdos criaram para manter uma grande rede de contatos. Hoje em dia, muitos surdos brasileiros usam o celular e a Internet, mas há pouco tempo, esta realidade era diferente. Os surdos conseguiram manter as suas tradições, a sua língua e as suas histórias através deste tipo de estratégia. Os pontos de encontro foram e são ainda espaços de lazer e cultura e pode ser um bar diante de uma escola de surdos, ou uma determinada praça de alimentação dentro de um shopping, ou ainda um par de bancos em uma praça.

f) Artefato cultural: artes visuais - Strobel (2008: p. 66) afirma que os povos surdos fazem muitas criações artísticas que sintetizam suas emoções, suas histórias, suas subjetividades e a sua cultura. Em minhas observações, noto que estas manifestações artísticas estão muito ligadas com questões de construção de identidade e fortalecimento da cultura surda. Assim, são muito comuns os desenhos feitos com mãozinhas formando as imagens finais ou pinturas em telas retratando a opressão da hegemonia da fala e da audição. Apesar de acontecer em

quantidade bastante reduzida, é notória a peculiaridade da criação artística de alguns surdos, e pode-se citar nomes como a desenhista Candelária Uranga, o designer Flávio Milani, a artista plástica Nívea Maria Amorim Rocha, e o ator e desenhista Silas Queiroz, entre outros.

g) Artefato cultural: política - Strobel (2008: p. 71) afirma que este artefato cultural consiste em diversos movimentos e lutas do povo surdo pelos seus direitos. É comum formarem-se lideranças políticas no seio de minorias sociais, que certamente desempenham papel fundamental para o seu desenvolvimento e para conquistas de melhorias da qualidade de vida dos componentes destes grupos. No caso dos surdos, a sua organização política tem desempenhado este papel de forma surpreendente nas últimas décadas, haja vista a última e mais importante conquista do povo surdo do Brasil, que foi a oficialização da língua de sinais como segunda língua do país. Este fato político é notório especialmente porque quebrou um paradigma importantíssimo na cultura brasileira, que é o da universalidade da língua portuguesa.

A nação brasileira se caracteriza por ser um grande emaranhado de culturas e etnias, que fazem com que muitos membros de comunidades da região sul só falem alemão ou polonês. Há inúmeras tribos ou comunidades indígenas espalhadas por todo território nacional nas quais há integrantes que não falam português. Assim como incontáveis pessoas de origem japonesa na cidade de São Paulo que só falam, lêem e escrevem em japonês. A estes todos, podem-se juntar inúmeros outros exemplos. No entanto, o estado brasileiro sempre adotou a premissa de que a nação brasileira seria utente de uma única língua: o português; mas a força da organização política dessa minoria linguística de apenas dois por cento da população conseguiu oficializar a sua língua no ano de 2002. No quadro político surdo podem-se citar nomes importantes como o de Ana Regina e Souza Campello, Antônio Campos Abreu, Karin Strobel, Mariane Stumpf, Neivaldo Zovico, Nelson Pimenta, entre outros.

h) Artefato cultural: materiais - Strobel (2008: p. 76) afirma que há artefatos culturais materiais resultantes da transformação da natureza pelo trabalho humano, e sua utilização é condicionada pelo envolvimento do comportamento cultural dos povos surdos, que auxilia nas acessibilidades nas vidas cotidianas de

sujeitos surdos, assim como os autores americanos alegam no caso das crianças surdas com famílias surdas.

Um bom exemplo de artefato cultural material surdo seriam as campainhas domésticas. As pessoas ouvintes tem, quase sem exceções, casas equipadas com campainhas sonoras para que alguém avise que chegou. Em vez de se bater na porta, toca-se a campainha. Este é um instrumento tão ordinário quanto curioso, pois de tão banal em nossas vidas, quase esquecemos que ele existe, que serve para nos avisar a presença de alguém etc. Quando precisamos comprar uma campainha vamos a qualquer loja de material doméstico ou elétrico e encontramos inúmeros modelos, com sons desde estridentes até sinos graves ou agudos. Mas como funciona a campainha da casa de um surdo, já que ele não a ouve? Como fica sabendo que há alguém do outro lado da porta? Os surdos resolveram isto com a campainha de luz, que acende ou pisca ao toque do botão. Simples! Tão simples, mas que a maioria dos ouvintes nunca pensa em sua possibilidade de existência mas que, no entanto, poderia ser utilizada por estes, em substituição às campainhas sonoras, quando for o caso da pessoa ouvinte apreciar um cotidiano menos ruidoso.

Outra boa idéia dos surdos, adaptando objetos sonoros originalmente criados para ouvintes, para se tornarem visuais e, desta maneira, se adequarem à sua experiência visual de vida, é o despertador. Este equipamento também é um artefato bastante comum em quase todas as casas do mundo inteiro e é, invariavelmente, barulhento, ou seja: acorda as pessoas por meio de algum ruído (quase sempre desagradável). No caso dos surdos, os despertadores são adaptados e tem uma lâmpada acoplada, de forma a piscar quando os sinais elétricos acionam os mecanismos sonoros. Alguns destes aparelhos já estão sendo produzidos nesta forma definitiva, ou seja, são silenciosos e apenas piscam ao despertar, e são voltados primordialmente ao mercado de consumidores surdos que, assim como os ouvintes, também dormem e também precisam acordar em horas determinadas pelos compromissos da vida moderna. Particularmente, acho que este também é um exemplo de artefato cultural material surdo que é perfeitamente adaptável às necessidades dos ouvintes, pois proporciona um despertar mais tranquilo e com menor sobressalto do que o causado pelos ruídos normalmente estridentes de um despertador sonoro.

Além destes, há inúmeros outros aparelhos, como relógios de pulso que vibram para marcar as horas ou despertar, babás eletrônicas com lâmpadas que são acionadas ao haver ruído no quarto do bebê, porteiros eletrônicos com câmeras e telas para a visualização da pessoa que pede para entrar no prédio ou em casa e muitos outros.

É interessante notar que não só esses artefatos culturais surdos materiais citados, mas muitos outros, compilados e demonstrados por Strobel (2008: p. 38), estão em muitos casos ultrapassando os limites da chamada comunidade surda e se mesclando a formas e comportamentos de pessoas ouvintes, o que é inevitável se considerarmos que nenhuma cultura permanece absolutamente estanque ou pura. Especialmente na contemporaneidade, os valores culturais se mostram cada vez mais híbridos e multifacetados. É com base neste contexto que Hall (2006: p. 13) afirma que o sujeito que vive na pós-modernidade assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente.

Parece que, paradoxalmente, essa condição de anormalidade ou de minoria destituída vem favorecendo o fortalecimento do sujeito surdo como tal, uma vez que este sujeito se enquadra no paradigma de anormalidade citado por Thoma (2006: p.15) se referindo a Foucault, como já dito anteriormente: desde o século XIII, com a invenção da estatística, a classificação dos sujeitos passou a ser uma necessidade social (Foucault, 2001). Ora, se o anormal é definido por não estar no centro de uma referência padrão, devendo ser inscrito em práticas de normalização, então é com base nas definições e classificações de cada um, que os espaços e tempos de normalização vão sendo definidos e redefinidos e, na escola e na sociedade atual, vemos sendo produzidos mais e mais anormais, que são encaminhados para especialistas das clínicas, a fim de que se confirmem suas anormalidades, deficiências, necessidades especiais e, com base nos diagnósticos, se definam formas de intervenção. Esta visão é tipicamente ouvintista e traz um germe de contradição na consideração das necessidades especiais dos tais anormais, que passam a requerer mais direitos e melhores condições de vida e o que se nota nos últimos anos é uma tendência a uma séria mudança de paradigmas, extremamente favorável à consideração das diferenças culturais da humanidade. Isto vem sendo protagonizado pelos grupos minoritários organizados, antes classificados de anormais. É o que Bhabha (1998; p.25)

identificou e se apoiou para afirmar que cada vez mais, as culturas “nacionais” estão sendo produzidas a partir da perspectiva de minorias destituídas. É um processo até certo ponto contraditório, em que a sociedade em geral começa a relativizar a idéia de normalidade a partir da sua própria construção de representações de anormalidade, favorecendo particularmente aos surdos no caso do Brasil, para que possam aderir aos valores da cultura surda, já que as práticas normalizantes estão sendo paulatinamente enfraquecidas por esta reordenação e reconstrução de valores na complexidade cultural dos nossos tempos de contemporaneidade pós-moderna, que são tempos de transição de paradigmas.

Assumir a sua identificação pessoal aos valores da cultura surda é assumir que pertence à cultura surda e considero que isto seja especialmente importante para os surdos como grupo social, mas também, e principalmente, como indivíduos, pois este é o lugar onde terão oportunidade para a subjetivação de si mesmos, já que segundo afirma Thoma (2005: p.78), a cultura surda é o lugar para o sujeito surdo construir a sua subjetividade de forma a assegurar a sua sobrevivência e a ter seu status quo diante das múltiplas culturas, múltiplas identidades. Isto tudo fica absolutamente ratificado se levarmos em conta que, segundo Hall (1997, p.20), a cultura que temos determina uma forma de ver, de interpelar, de ser, de explicar, de compreender o mundo. Então, com a maior adesão aos valores da cultura surda, esta tende a se fortalecer e a conquistar um lugar no cenário cultural hegemônico. Desta nova posição, a cultura surda poderá atuar como uma importante ferramenta de mudança na vida de todos, pois pode provocar a percepção generalizada entre surdos e ouvintes do fim da homogeneização da vida social, que na verdade é constituída de pessoas com as suas infinitas diferenças, que constituem as possibilidades da diversidade humana, com seus jeitos próprios de ser, de fazer, de compreender e de explicar.

A cultura surda vem se fortalecendo nesse contexto e talvez a maior prova disto seja a recente oficialização da língua de sinais brasileira que, como já visto anteriormente, é a língua do povo surdo do Brasil e que agora é a segunda língua oficial de uma nação que sempre buscou a normalidade institucionalizada e, por isto, entre outras coisas, sempre acreditou que tinha uma única língua praticada pelos seus diferentes povos, qual seja, a língua portuguesa, desprezando as inúmeras outras línguas praticadas no território nacional. Talvez esta seja a maior conquista recente do povo surdo do Brasil. Com a legalização da LIBRAS, a

cultura surda assume a sua maior forma de resistência ao ouvintismo, assumindo a importância da língua de sinais para o povo surdo como um dos seus mais importantes artefatos culturais.

2.4

O Congresso de Milão de 1880 e a educação de surdos

Atualmente, com as novas tecnologias como o celular, web cam e notebooks, os surdos estão experimentando uma comunicação entre si como nunca antes houve. Com a implementação do curso a distância de Letras-LIBRAS pela UFSC, que prioriza o ingresso de surdos em seu quadro de alunos e de professores e tutores proficientes em LIBRAS, os alunos surdos se utilizam de ferramentas tecnológicas e técnicas modernas de comunicação e têm a oportunidade de interagir em LIBRAS com os professores, tutores e com os colegas, em um ambiente virtual que se utiliza de textos, gráficos e imagens, transmitidos pela Internet. É um segundo exemplo da mudança de paradigmas citado anteriormente, pois até há pouco tempo atrás os estudos a distância eram limitados aos cursos por correspondência, com resultados bastante duvidosos. Por outro lado, levando-se em consideração que a imensa maioria dos professores de surdos nos demais ambientes escolares são ouvintes sem proficiência em LIBRAS, há de se supor que o aprendizado destes alunos venha sendo bastante prejudicado, o que se dá de forma sistemática principalmente ao longo dos últimos dois séculos, com as decisões do Congresso de Milão de 1880.

O Congresso de Milão foi um evento técnico em educação, que teve uma forte prevalência política de interpretações equivocadas das teorias então vigentes, entre elas o conceito de seleção natural de Darwin e a busca do progresso e desenvolvimento por meio da ordem, protagonizada pelos positivistas. Considero que as más interpretações destes ideários pelos congressistas, aliadas à já estabelecida ordem social baseada no conceito de normalidade, favoreceram a prevalência de visões de mundo bastante restritas, discriminatórias, onde o que preponderou foi a desconsideração das diferenças na diversidade humana. É lamentável, mas foi o que aconteceu no Congresso de Milão, um importante

fórum que se propôs discutir a educação dos surdos e que, paradoxalmente, não lhes deu sequer o direito de opinar sobre si próprios e seus pares. Os resultados imediatos mais emblemáticos foram a cassação dos diplomas de licenciatura dos surdos e a proibição de praticar as línguas de sinais em todo o mundo ocidental moderno.

Apesar das mudanças conceituais na política e nos meios acadêmicos de pesquisa que são notados nas sociedades industriais globalizadas da contemporaneidade, a educação dos surdos no âmbito das escolas está, até hoje, invariavelmente baseada no discurso da normalidade, ou seja, no caso dos surdos, considerados anormais, o discurso e a prática estão focados na deficiência e na incapacidade do surdo, muitas vezes ressaltando o altruísmo dos ouvintes que desejam ajudar "os pobres infelizes" a superar o seu "problema" de falta de audição. Isto se dá tanto no âmbito escolar como no âmbito familiar e empresarial, sendo desta forma mesmo quando está sob a égide da inclusão, pois não raro esta tem sido equivocadamente interpretada nestas instâncias de poder e, nestes casos, conseqüentemente posta em prática apenas como um conjunto de ações que traduzem uma reedição da inclusão do pestífero a que Foucault (2002: p.55) se refere.

Segundo Thoma (2005: p.23), é a partir dos centros de correção e dos institutos psicopedagógicos que se fazem necessárias pedagogias que relacionem técnicas de observação com intervenção, e então constituem-se as pedagogias psicológicas. Estas pedagogias ainda em prática atrasam os processos de mudança e ratificam as idéias do imaginário geral, onde ainda prevalece o ponto de vista de quem ouve e acredita ser esta a condição normal do ser humano e, conseqüentemente, vê o sujeito que não ouve como alguém que tem um sentido a menos ou até mesmo que tem menor capacidade de experimentar emoções e sentimentos. Também é comum verificar-se a prática da discriminação inversa, nas afirmações de possíveis desenvolvimentos extras dos outros sentidos nos surdos, para compensar a falta da audição.

Esses discursos foram formalizados desde as resoluções do Congresso de Milão que, alijando os surdos da possibilidade de tomadas de decisão sobre si mesmos no sistema educacional, tirou o prazer que poderia haver na aprendizagem formal, que se tornou apenas uma questão utilitarista e de serviço, levando os aprendizes surdos da época até hoje, à significação do conhecimento e

da aprendizagem como algo desagradável, pois é marcado por emoções e sentimentos negativos em que a língua de sinais sempre ocupou o centro das controvérsias e proibições. E o que é a linguagem senão uma estrutura que é inata como possibilidade de organização e que é repleta de significados específicos, referentes à experiência de vida de cada indivíduo?

2.5

As línguas de sinais, línguas dos surdos. A LIBRAS e a sua oficialização no Brasil

Há inúmeras definições do que vem a se constituir como língua. Nessa pesquisa, considero a definição de Saussure (In: Quadros: 2004, 24), que diz que língua não se confunde com linguagem: é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício desta faculdade nos indivíduos. O termo linguagem, por outro lado, é entendido aqui com um sentido mais amplo do que língua, pois abrange não só as línguas étnicas, como por exemplo o português, inglês, francês etc., como também uma vasta série de outros sistemas de comunicação, notação ou cálculo, como por exemplo, linguagem cinematográfica, linguagem de computador, linguagem corporal etc.

Vimos anteriormente que existem vários mitos envolvendo os surdos e a sua cultura e, entre estes, um diz respeito à crença popular de que a língua praticada pelos surdos é uma linguagem universal. Ora, Quadros afirma (2006: p.221) que as línguas de sinais partilham as propriedades sistêmicas das orais, ou seja, são complexamente regradas e, além disto, sendo um fator de cultura, nunca poderia ser universal como língua dos surdos, assim como não há como existir uma língua universal a todos os ouvintes, pois as condições locais das culturas impossibilitam a padronização de uma só língua, sejam os utentes ouvintes ou surdos. Portanto, assim como acontece com as línguas orais, existe uma língua de sinais para cada grupo ou etnia surda. Quadros (2004: p.24) nos ajuda ainda a entender a diferença básica entre as línguas orais dos ouvintes e as línguas de sinais dos surdos por meio da categorização de cada uma, a partir das diferenças básicas de modalidade

de percepção e produção. Neste caso, vemos que as línguas orais são de modalidade oral-auditiva, ou seja, são utilizadas a voz e a audição em sua prática e, em contrapartida, as línguas de sinais são da modalidade visual-gestual, pois utilizam gestos para a criação imagética espacial e a visão em sua prática.

Em suma, com relação à existência de inúmeras línguas de sinais ao redor do planeta, no caso do Brasil, Ferreira Brito (In: Thoma, 2005: p.103) afirma que além da LIBRAS, há registros da existência de uma outra língua de sinais entre índios Urubu-Kapor, habitantes da floresta amazônica.

A língua de sinais do Brasil foi oficializada em 24 de abril de 2002 pela Lei nº 10.436 com o nome de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Essa lei é também conhecida como a Lei de LIBRAS e é um marco histórico na trajetória de construção da identidade surda e luta pelos direitos humanos dos surdos em nosso país. Em 22 de dezembro de 2005, foi assinado o Decreto nº 5.626, que regulamenta a Lei de LIBRAS e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

O processo de regulamentação é longo e intrincado, pois pressupõe uma mudança de paradigmas severa na nação brasileira, que sempre cultivou a idéia de cultura nacional. Segundo Hall (2006: p. 50), uma cultura nacional é um discurso, um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. Ainda segundo Hall (2006: p. 49), a formação das culturas nacionais contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como o meio dominante de comunicação em cada nação como um todo, buscou a criação de uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais. Daí o resultado do Congresso de Milão e, até hoje no Brasil, a dificuldade generalizada de aceitarmos a cultura surda como legítima manifestação de uma minoria lingüística, porque a língua portuguesa é um fator da cultura brasileira que há muito é vista e entendida pela população em geral, como única expressão lingüística da cultura nacional, apesar da existência de grupos sociais brasileiros que praticam outras línguas, como por exemplo o alemão em comunidades sulistas. Certamente essa foi uma das razões pelas quais o projeto de Lei para a oficialização da língua de sinais tenha tramitado por quase uma década no Poder Legislativo até ser finalmente aprovado.

Embora essa visão nacionalista fique mais clara quando consideramos as questões referentes aos povos do Brasil, este infelizmente não é um fenômeno isolado. Thoma (2005: p.104) afirma que a UNESCO⁸, apenas em 1984, declarou que a língua de sinais deveria ser reconhecida como um sistema linguístico legítimo e deveria merecer o mesmo status que os outros sistemas linguísticos. Por outro lado, a WFD⁹, em julho de 1987, adotou sua primeira Resolução sobre Língua de Sinais, rompendo com uma tradição oralista de práticas normalizantes que impingem aos indivíduos surdos a leitura labial e a fala oral, num processo claro e assumido de negação da identidade e da cultura surda, já que segundo Thoma (2005: p.144), vimos que a língua é a face mais visível de uma cultura.

O oralismo pode ser categorizado como um conceito ainda resistente na sociedade contemporânea multifacetada e multicultural. É anacrônico e retrógrado, pois ratifica a pedagogia terapêutica citada por Thoma (2005: p.24). Esta pedagogia tem se constituído em um receituário de respostas às práticas educativas e é entendida como uma sistematização pedagógica interdisciplinar, com grande apoio médico, que tem por objetivo o aperfeiçoamento e a normalização do sujeito surdo, considerado anormal, visto como deficiente, mediante uma ação reabilitadora global e personalista que faça o sujeito surdo falar com a boca. Para tal, ele emite sons que não ouve, mas que é treinado à exaustão até conseguir balbuciar algo inteligível aos ouvintes que, sendo a grande maioria da população mundial e geralmente vivendo sob a mais absoluta ignorância sobre as especificidades da vida surda, se considera normal e tem essa visão legitimada pela postura arcaica de setores da ciência diante dos chamados anormais, típica da Idade Moderna, embora resistindo em plena pós-modernidade do século XXI.

No entanto, as mudanças de paradigmas e todas as demais transformações pelas quais as sociedades contemporâneas estão passando por meio do longo processo reformulador da pós-modernidade, tornam inexorável o processo de fortalecimento da cultura surda. Esta virada cultural, segundo Thoma (2005: p.78), torna-se visível com as transformações na prática educacional, como a pedagogia de surdos, ainda em formação, que assume o jeito surdo de ensinar, de propor o jeito surdo de aprender, que é a experiência vivida por aqueles que são

⁸ UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura.

⁹ WFD - Federação Mundial dos Surdos.

surdos. A oficialização da língua de sinais no Brasil foi o primeiro passo para a sua difusão, e atualmente encontram-se com alguma facilidade, em todo o país, cursos de LIBRAS com professores surdos, além de estar em franca expansão o número de pesquisas acadêmicas sobre os surdos e a sua cultura. Como mostrei anteriormente, uma das mais relevantes iniciativas neste sentido, que se mostra totalmente coerente com este processo de transformação social da contemporaneidade brasileira, é a implementação do curso a distância de Letras-LIBRAS da UFSC, que prioriza a admissão de alunos surdos para estudar e aprender a sua própria língua e, num futuro próximo, serem licenciados para ensinar e difundir a língua de sinais, atuando como agentes multiplicadores deste processo e acredito que acima de tudo, e principalmente, para entender a sua língua em sua dimensão cultural local e global, e assim melhor compreender os próprios processos de subjetivação individual e da coletividade surda, inseridos na complexidade da sociedade majoritariamente ouvinte e ignorante das especificidades surdas. Será, certamente, uma enorme contribuição para o recrudescimento do processo de integração do surdo na sociedade.

Nessa pesquisa utilizo integração em detrimento da palavra inclusão. Integração é utilizado na Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN e na Lei nº 10.098/94 – Acessibilidade. O termo inclusão aparece na Lei nº 10.436/02 - Libras e no Plano Nacional de Educação - Educação Especial, sendo que neste último ambas as palavras são utilizadas, com quase o mesmo significado: "O ambiente escolar como um todo deve ser sensibilizado para uma perfeita integração. Propõe-se uma escola integradora, inclusiva, aberta à diversidade dos alunos, no que a participação da comunidade é fator essencial. Quanto às escolas especiais, a política de inclusão as reorienta para prestarem apoio aos programas de integração. A educação especial, como modalidade de educação escolar, terá que ser promovida sistematicamente nos diferentes níveis de ensino. A garantia de vagas no ensino regular para os diversos graus e tipos de deficiência é uma medida importante. Entre outras características dessa política, são importantes a flexibilidade e a diversidade, quer porque o espectro das necessidades especiais é variado, quer porque as realidades são bastante diversificadas no País."

Apesar de integração e inclusão aparecerem em dicionários como sinônimos, há alguns anos a palavra inclusão se imbuíu de conceitos sociais e

políticos, especialmente os relativos a políticas governamentais de educação e integração de pessoas com necessidades diferentes das da maioria. Isso vem acontecendo no ritmo das sociedades democráticas atuais de se preocupar com a garantia de direitos a todas as pessoas, e a todos os grupos de indivíduos de quaisquer que sejam os critérios que os determinam. Todos os melhoramentos, benfeitorias e seus resultados concretos que o desenvolvimento destas sociedades são capazes de propiciar, ou seja: acesso à educação, à cultura, à saúde, a uma qualidade de vida digna etc. estão afinados com a idéia de integração. Muitas vezes, por motivos estruturais ou intrínsecos à conjuntura política, cultural ou ideológica, indivíduos e grupos de determinada classe social, região geográfica ou grupo racial, etário, cultural, étnico ou religioso não têm acesso e são excluídos destas melhorias e benfeitorias sociais ora por deficiência física ou mental, ora por simples condição ou estado de ser diferente da maioria, como é o caso dos surdos.

Portanto, diante da perspectiva de discussão das necessidades especiais dessas pessoas diferentes, a palavra inclusão se revestiu há algum tempo no Brasil de um novo conceito social, passando a significar para muitos, a atitude e as medidas que visam a criar as condições de acesso, visando à justiça social e ao próprio desenvolvimento da sociedade. Contudo, isto acontece do ponto de vista da maioria classificada como normal, ou seja, sob os parâmetros da cultura ouvintista que THOMA (2005: p.38) define como sendo o ouvintismo uma instância pode ser definida como um conjunto de práticas culturais, materiais ou não, voltadas para o processo de subjetivação do 'eu' surdo, práticas estas que modificam e irremediavelmente deixam marcas visíveis no corpo dos surdos, da mesma maneira como imprimem uma forma, um tipo de disciplina e de sujeição surda aos valores, padrões, normas, normalidade e média ouvintes.

Há que se considerar que os cegos e os videntes, os cadeirantes e os que andam com as próprias pernas, os brancos, negros, pardos, índios ou amarelos, e todos os demais indivíduos pertencentes a grupos que se poderiam classificar como antagônicos ou diferentes, quando são ouvintes falam e pensam em língua portuguesa no Brasil em sua maioria, essa que é, como vimos anteriormente, a língua principal da nação brasileira e que exerce a efetiva hegemonia linguística e cultural no Brasil. No entanto, no caso do sujeito surdo há a diferenciação no seu pensamento e na sua forma de percepção da realidade objetiva e subjetivação de si mesmo e do universo em geral devido à sua língua, a LIBRAS, que é da

modalidade visual-gestual, ao contrário da língua portuguesa, que é uma língua de modalidade oral-auditiva. Esta é uma grande diferença, que faz com que a colocação de ouvintes e surdos em uma única sala de aula seja uma prática que dificulta tremendamente o aprendizado e o desenvolvimento do estudante surdo. Em sala de aula não há como um professor falar ao mesmo tempo duas línguas de modalidades diferentes. Por outro lado, ao se colocar um intérprete no ambiente de ensino, este representa e atua na prática como um filtro e uma ponte ou, sob certo ponto de vista, como uma barreira de comunicação e contato entre o professor ouvinte que não sabe LIBRAS e o aluno surdo.

Inclusão não é só acessibilidade, mas por questões ideológicas, operacionais e econômicas, visando a uma economia e agilização de processos de mudança para adequação à atual política inclusiva, não se tem levado em consideração que a especificidade dos surdos tem este que é um diferencial que nenhum dos demais grupos especiais têm: uma língua que os faz pensar de forma diferente da dos demais, pois as pessoas que andam com as próprias pernas e as que precisam de cadeira de rodas para se deslocar, se são ouvintes, falam e pensam do mesmo jeito, têm a mesma estrutura de pensamento, que é a mesma dos cegos ou a dos videntes utentes do português, mas que é radicalmente diferente da organização mental dos surdos, já que é por meio da língua que se estrutura o pensamento. Além disto, a língua não é somente uma ferramenta de comunicação, acredito que ela seja principalmente uma instância que estabelece o contato do 'eu' interior com o mundo exterior e, conseqüentemente, possibilitando a elaboração das representações da vida e das pessoas, sendo fundamental nos processos de subjetividade dos indivíduos como tais.

Ao se colocarem todas as especificidades juntas no ambiente escolar, criam-se condições muito positivas para a descoberta e discussão da diferença presente na diversidade humana, que é talvez o nosso grande diferencial como seres vivos em relação aos demais. No entanto, segundo Bhabha (1998: p.64), o conceito de diferença cultural concentra-se no problema da ambivalência da autoridade cultural: a tentativa de dominar em nome de uma supremacia cultural que é ela mesma produzida apenas no momento da diferenciação. Estabelecida esta luta de poder, eis que emerge a superioridade e predomínio da língua portuguesa da maioria ouvinte e dos seus valores culturais relativos à audição estabelecidos como incontestáveis e que muitas vezes provoca um contraditório retrocesso na

representação do sujeito surdo, novamente classificando-o como anormal, incapaz e deficiente, ou seja, reacendendo o discurso da deficiência. Percebo esta característica como uma contradição inerente à política educacional inclusiva, que precisa ser vista e analisada com cuidado.

Admitindo então a inevitável hegemonia da língua portuguesa no ambiente escolar, considero que é absolutamente inadmissível se colocarem juntas, em uma mesma sala de aula, alunos ouvintes e surdos, sejam eles crianças e/ou adolescentes e/ou adultos. Infelizmente isso não tem sido considerado por muitos educadores e por isto as práticas de educação inclusiva muitas vezes ficam reduzidas, e não passam de práticas de mistura e aniquilação das diferenças entre surdos e ouvintes, que muitas vezes são corroboradas pelos próprios surdos, imbuídos da ideologia colonialista ouvintista. Mesmo tendo inúmeros exemplos de posturas de educadores com intenções de integração, o que se vê em muitos casos é a repetição do modelo da inclusão do pestífero referido por Foucault (2002: p.55).

Lendo os fóruns de discussão do curso Letras-LIBRAS pude constatar, em conversas e em diversas trocas de e-mails entre os alunos, que o discurso colonialista da normalidade ouvintista está assustadoramente presente, como por exemplo, na adoção da idéia de supremacia da língua dos ouvintes em detrimento da sua própria língua, a língua de sinais brasileira, sob a alegação de que não se poderia viver na sociedade majoritariamente ouvinte sem o domínio da sua língua falada e escrita. Grosso modo, seria como se os índios brasileiros considerassem imprescindível aprenderem a língua portuguesa, pois sem ela a vida não seria possível...

Uma demonstração clara desse discurso colonialista foi uma recente reação, com manifestações e discussões acaloradas entre os alunos, sobre a adoção, por parte da coordenação do curso Letras-LIBRAS, de avaliações dos alunos exclusivamente em LIBRAS, sem escrita em português. Outra situação sintomática da recorrência do citado discurso colonialista ouvintista entre os próprios surdos é a reserva e postura cerimoniosa com que alguns alunos surdos tratam a escrita de sinais, o chamado Sign Writing - SW, que é um sistema de escrita para línguas de sinais criado por Valerie Sutton em 1974 nos Estados Unidos. Esta escrita expressa os movimentos, as formas das mãos, as marcas não-manuais e os pontos de articulação. É um sistema que, a meu ver, deveria ser

encarado por todos e principalmente pelos surdos como a melhor alternativa atual para a prática da escrita pelos surdos e por isso mesmo estudada com afinco em busca do fortalecimento real da cultura surda no contexto da cultura da audição, pois não há nem nunca houve na história da humanidade, uma cultura que conseguisse sobreviver e se fortalecer baseada em seus próprios artefatos culturais que não tivesse registros escritos de seus valores na especificidade de sua própria língua. Não basta registrar estes valores em outra língua, pois esta irá interferir na primeira por meio de seus próprios valores. No entanto, capturei falas que considero tristes e bastante sintomáticas, como por exemplo:

- Eu tou muito dor de cabeça colocar desenho SW ruim procura precisa sinais SW fazer copiar depois abrir word colar muito trabalho não ter direito papel. (Letras-LIBRAS, 2008)
- Pensei que não é fácil. Meus olhos quase caem no chão. (Letras-LIBRAS, 2008)
- Em um certo ponto eu concordo com você: devemos divulgar o SW (Letras-LIBRAS, 2008)

Bhabha (1998: p.107) demonstra que a construção do sujeito colonial no discurso, e o exercício do poder colonial através do discurso, exigem uma articulação das formas da diferença – raciais e sexuais, às quais eu adiciono linguísticas. Esta articulação torna-se crucial se considerarmos que o corpo está sempre simultaneamente (mesmo que de modo conflituoso) inscrito tanto na economia do prazer e do desejo como na economia do discurso, da dominação e do poder. Então, por força da falta de hábito com a escrita e da própria ideologia colonial ouvintista inculcada nos surdos, as dificuldades com a escrita de sinais são muito grandes e as suas reservas também. Como visto acima, um aluno concorda somente “até um certo ponto” (e não totalmente) que esta escrita tenha que ser divulgada por eles. Felizmente também encontrei outras falas de alunos surdos com posições mais promissoras, como a seguinte, demonstrando uma visão sistêmica e politizada bastante interessante:

- A construção da identidade surda pode dar ferramentas de alfabetização. A educação de SW pode melhorar a qualidade de vida dos surdos, melhorar a comunicação e a nossa pátria. O Brasil, todos os estados que nasceu a nova tecnologia. No futuro, todas as escolas podem usar novo currículo de Sign Writing dependendo a aprovação da escola. (Letras-LIBRAS, 2008)

Ou seja: felizmente há o germe da contradição onde atualmente reina o discurso colonialista entre os alunos surdos do curso Letras-LIBRAS e, provavelmente, num futuro bastante próximo estes alunos estarão vencendo estas amarras colonialistas da ideologia ouvintista construídas com as citadas práticas equivocadas de educação inclusiva, que demonstrei anteriormente que muitas vezes não passam de práticas de mistura e aniquilação das diferenças entre surdos e ouvintes. Intrínseco a estas práticas está o conceito de bilingüismo, que a meu ver deve ser tratado com muita cautela.

O sujeito surdo como sujeito bilíngüe, é um sujeito que Machado (2008) alerta para o fato de que "é uma invenção cultural do nosso tempo, fruto dos movimentos políticos, e passa a ser a nossa obsessão. E o que antes fazia parte dos movimentos de resistência, passa a ser regra, ganha políticas educacionais 'maiores' e leis que afirmam o surdo bilíngüe". Esta invenção do sujeito surdo certamente tem sua origem na dificuldade de aceitação plena da diferença intrínseca do sujeito surdo em relação aos ouvintes, talvez uma amenização ou camuflagem da ideologia homogeneizante do já citado oralismo, já que os tempos atuais não suportam mais a imposição clara e assumida de que os surdos teriam que falar como os ouvintes.

Ser adjetivado como oralista, hoje, passou a ser pejorativo. Então, considerando esse quadro, nada mais adequado ao oralismo que neste contexto precisa ser escamoteado, do que fazer com que os surdos aprendam o português falado e escrito juntamente com a língua de sinais. A não ser pelas requisições de alguns surdos, poucas tem sido as vozes a se levantar para ditar que ao surdo bastaria ser utente da língua de sinais.

No entanto, sendo o sujeito surdo pertencente à comunidade humana, que é majoritariamente ouvinte, ocorre que este sujeito minoritário habite eventualmente um espaço chamado de "além" por Bhabha (1998: p.27), ou seja, é um sujeito que está inscrito em um espaço de invenção e intervenção que caracteriza o hibridismo cultural que Machado (2008) sintetiza como um mecanismo na tradução cultural que abre possibilidades para ações políticas libertárias. Se por um lado o bilingüismo pode ser encarado como uma nova roupagem para o oralismo, por outro lado o hibridismo cultural dos surdos revela a impossibilidade de uma cultura ouvintista homogênea, anterior ou originária. Como exemplo, Machado (2008) lembra a citação de Bhabha (1998) no caso das minorias asiáticas

descendentes de imigrantes na Inglaterra. Eles são obrigados a praticar tradução cultural como ato de sobrevivência. Neste ato tradutório, muito de suas histórias específicas e locais são inseridas nas entrelinhas, se misturando à cultura majoritária inglesa. Esta ressignificação da cultura dominante cria elementos que não são pertencentes a nenhuma das duas culturas, se é que as mesmas existem, já que partimos de uma idéia da não existência de uma cultura pura.

Pensando nessa perspectiva, Machado (2008) chama a atenção para o sujeito surdo bilíngüe como produtor dessa cultura híbrida, quando ressignifica seu modo de ser/estar no mundo como tal. Por mais que se legisle sobre esta possibilidade, o português é constituído em interação com a língua de sinais. Há uma constante negociação entre as línguas e entre os sujeitos. E nestas negociações surgem pontos de tensão e pontos de encontro entre as "culturas hibridizadas". Um dos maiores pontos de tensão está na língua, na luta dos surdos pela possibilidade de uso de sua língua de sinais. Porém, se o surdo não sabe o português escrito, a exclusão se torna eminente, pois muito mais do que um fator de integração a uma sociedade letrada é a prova constante que este sujeito se coloca, para os ouvintes, como "pessoa capaz".

Esse conceito de pessoa capaz e eficiente, no caso dos surdos, está terminantemente ligado à condição que o sujeito surdo tem, uma vez alfabetizado em língua portuguesa, de usar a leitura e a escrita como meios de adquirir conhecimentos, cultura etc. e estes como instrumentos de aperfeiçoamento individual e social, ou seja, o letramento que o sujeito surdo venha a ter em língua portuguesa e não em sua língua de sinais. Isto vai ser determinante para a sua integração social.

Após o que foi acima discutido, volto ao tema da conceituação de integração versus inclusão, pois na presente pesquisa, devido à sua especificidade, por inclusão entendo como Quadros (2008. p:1) a definiu, ou seja, inclusão não no sentido de colocar o surdo entre os ouvintes, mas no sentido de garantir o exercício da cidadania do surdo enquanto brasileiro. Esta inclusão tem sido traduzida de diferentes maneiras, mas no sentido dos surdos acontece de forma a garantir que os mesmos venham a adquirir a língua de sinais, tenham "escutas" em sinais, tenham pares surdos, acesso à educação na sua língua, isto é, a língua de sinais brasileira, acesso ao ensino de português como segunda língua e acesso aos conhecimentos curriculares. Com isto, alguns surdos estão chegando às

universidades contando com a presença do profissional intérprete de língua de sinais. Além disto, esta inclusão abre espaço para o ensino da língua de sinais em diferentes lugares, entre estes, as universidades brasileiras.

Uma vez que nem todas as referências à chamada educação inclusiva são como definidas no parágrafo anterior é que adotei a utilização de palavras diferentes para definir conceitos diferentes, ou seja: ora uso "integração", ora "inclusão". Com este expediente, pretendo deixar claro quando estou me referindo ao que eu entendo como integração verdadeira dos surdos na sociedade e quando me refiro a algumas ações ou políticas de educação inclusiva, que resultam em conceitos e práticas abrangentes e aniquiladoras das diferenças culturais dos surdos.

Enfim, é notório que, paralelo à implementação das ações e políticas de educação inclusiva, há um novo processo de integração dos surdos em curso, com a Internet servindo de meio para a criação de um ambiente virtual de estudo e, ao mesmo tempo, uma oportunidade real de contribuição para o seu processo de integração como povo surdo, como uma fatia diferente da população ouvinte majoritária, pela ratificação da normalidade da sua diferença corporal e sensitiva. Neste contexto, o Design atua mais visivelmente na ponta do processo, dialogando diretamente com o usuário, ou seja, entra como a possibilidade de projetar interfaces que vão levar o aluno surdo ao saber e a um protagonismo de seu próprio desenvolvimento pessoal. É um processo educacional, político e humanitário que pode ajudar a libertar os surdos de um longo e injusto passado de expropriação de direitos. E pode ser que este processo agrade até mesmo à lógica capitalista de formação de novos indivíduos consumidores, por que não?

É uma tarefa, um desafio e uma responsabilidade em que o Design está inserido.